

**RESENHA DO ARTIGO: “ESTATUTO DO DESARMAMENTO:  
IMPLICAÇÕES DAS LEIS DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO NA  
SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA”<sup>1</sup>**

*STATUTE OF DISARMAMENT: IMPLICATIONS OF FIREARMS CONTROL  
LAWS IN BRAZILIAN PUBLIC SECURITY*

**Harisson Augusto Nascimento Da Costa<sup>2</sup>**

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219105381842030>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8970-0860>

E-mail: [harisson\\_costa@hotmail.com](mailto:harisson_costa@hotmail.com)

**Resenha da obra:**

FERREIRA, Ewerton dos Santos. Estatuto Do Desarmamento: Implicações Das Leis De Controle De Armas De Fogo Na Segurança Pública Brasileira. **REVISTA PROCESSUS MULTIDISCIPLINAR**. Ano II, Vol. II, n. 4, jul.-dez., 2021.

**Resumo**

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Estatuto Do Desarmamento: Implicações Das Leis De Controle De Armas De Fogo Na Segurança Pública Brasileira”. Este artigo é de autoria de: Ewerton dos Santos Ferreira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus Multidisciplinar”, no Ano II, Vol.II, n.4, jul.-dez., 2021”.

**Palavras-chave:** Armas de Fogo. Estatuto do desarmamento. Segurança Pública. Criminalidade. Constituição Federal.

**Abstract**

*This is a review of the article entitled “Disarmament Statute: Implications of Firearms Control Laws on Brazilian Public Security”. This article is by: Ewerton dos Santos Ferreira. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus Multidisciplinar”, in Year II, Vol.II, n.4, jul.-dec., 2021.*

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Faculdade Processus.

**Keywords:** *Firearms. Statute of Disarmament. Public security. Criminality. Federal Constitution.*

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Estatuto Do Desarmamento: Implicações Das Leis De Controle De Armas De Fogo Na Segurança Pública Brasileira”. Este artigo é de autoria de: Ewerton dos Santos Ferreira. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus Multidisciplinar, no Ano II, Vol.II, n.4, jul.-dez., 2021”.

Grande parte da formação ou a da vivência de um autor é de vital importância para a observação objetiva do tema que pretende escrever. Vejamos um pouco sobre o autor.

A autoria do presente artigo é de Ewerton dos Santos Ferreira. Graduado em Abi - Química em 2007 pela Unb, e graduando em Direito pela Faculdade Processus. CV *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/9219105381842030>, *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0001-8970-0860>.

O referido artigo é composto pelos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, justificativa, metodologia, Implicações das leis de controle de armas de fogo na segurança pública brasileira, considerações finais e referências.

O tema do artigo é “Estatuto Do Desarmamento: Implicações Das Leis De Controle De Armas De Fogo Na Segurança Pública Brasileira”. Tratou sobre as consequências do Estatuto do Desarmamento na conjuntura da segurança pública brasileira. O artigo partiu da presunção de que o referido estatuto não é eficaz em seu propósito.

No artigo, o objetivo geral foi avaliar as inferências do Estatuto do Desarmamento e a sua aplicação no âmbito da segurança pública brasileira. Os objetivos específicos foram: avaliar a aplicabilidade do Estatuto do Desarmamento na diminuição dos homicídios por arma de fogo; analisar a relação entre sua vigência e os índices de criminalidade em geral; e investigar a eficácia do Estatuto do Desarmamento para a segurança no Brasil e no combate ao cenário de violência no país.

A temática da pesquisa contou com a justificativa de que o presente artigo é de suma importância para um operador do Direito, pois há necessidade de estar atento ao prático funcionamento da Constituição Federal, além das normas do Estado que restringem direitos constitucionais. É importante para ciência, pois investiga e busca entender a criminalidade no Brasil do ponto de vista científico. É importante para a sociedade, pois a segurança pública foi ausente na população brasileira.

O autor explica que adotou uma metodologia qualitativa voltada para a pesquisa bibliográfica, e utilizou como fonte de pesquisa artigos científicos e livros acadêmicos, em que os escritores possuíssem doutorado ou mestrado, além de ter suas obras publicadas em revistas científicas com ISSN. O autor explica que utilizou artigos da atual Constituição Federal para embasar sua obra, além de leis e manuais de Direito Penal, aumentando a credibilidade do presente artigo.

O autor começa lembrando que o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegura a inviolabilidade da segurança de todos, e que o artigo 144º assegura que a segurança pública é dever do Estado. Ressalta em 2003 houve uma ampliação na taxa de homicídios no país, e que isso contribuiu significativamente no aumento das discussões sobre como controlar eficientemente a violência no Brasil. De maneira clara e sucinta, Ewerton dos Santos especifica que para combater essa violência foi criado o Estatuto do Desarmamento, com o intuito de reduzir o número de armas de fogo e o número de homicídios. Ele afirma que mesmo que o objetivo do estatuto seja diminuir os crimes cometidos com o uso de arma de fogo, ocorreu o oposto, o cidadão permanece indefeso diante de bandidos cada vez mais armados.

O autor explana, de forma transparente e verossímil, que embora o Estatuto do Desarmamento tenha proporcionado uma diminuição no emprego de armas de fogo em conflitos banais, e com isso tenha salvado a vida de muitas pessoas, o efeito negativo do desarmamento maciço da população ocasionou um efeito reverso ao esperado, aumentando o número de homicídios ao longo dos anos em que vigora a Lei do referido estatuto. Ferreira aponta pertinentemente que as armas de fogo também são usadas para a legítima defesa, e com isso acabam salvando vidas, sem que em algumas situações, nem ao menos sejam usadas, servindo como meio de dispersão do meliante, afirmação que vai de encontro ao que afirma Thomas Sowew, em sua obra *"The Gun Control Farce"* de 2016.

O autor cita, de forma precisa, o pensamento de Hollander ao explicar que se houvesse uma quantidade maior de mulheres com treinamento ou conhecimento sobre o manuseio e o uso de armas de fogo, e com acesso a esse armamento, conseqüentemente haveria mais resistência diante de tentativas de dominação. Tal fato tiraria a imagem de fragilidade das mulheres e lhes daria uma nova identidade, vistas como capazes de se defender contra agressões, como estupro e violências domésticas. Tal fato, segundo o autor, aumentaria as chances de sobrevivência da mulher.

O autor questiona o porquê de o Estatuto do Desarmamento possuir muitos defensores, e ser tão amplamente defendido pela mídia, pois tem sérios efeitos negativos. Conclui, de maneira clara, que há uma ideologia política por

trás, citando que muitos desses defensores são adeptos de ideologias revolucionárias, e que essa parcela de defensores entende que quando uma população está desarmada é mais fácil controlá-la. Ewerton dos Santos cita o livro "Hitler e o desarmamento" de Hallbrook (2017, p. 274), em que esse autor explica pertinentemente que ocorreu um desarmamento da população alemã na época do governo nazista, em que se tornou mais fácil controlar a população e evitar resistências mais severas ao regime.

Com proatividade, o autor diz que foram realizados alguns estudos sobre as taxas de homicídios por armas de fogo em regiões do nordeste e sudeste, concluindo que a região nordeste teve um aumento significativo de homicídios nestes anos de vigência do Estatuto do Desarmamento, por diversos motivos, além de ter péssimas condições sanitárias e pobreza social, o que piora a situação, porém não houve um aumento significativo no número de suicídios. Na Região Sudeste, o autor aponta outro estudo realizado, em especial no município de São Paulo, onde informa que há uma segurança melhor, melhores condições sanitárias e maiores oportunidades de crescimento profissional, uma significativa redução no número de suicídios e acidentes com armas de fogo. Com isso, o autor cita os trabalhos realizados por Geisel *et al.*, (1969), no qual se observa que uma lei que restringe o uso de armas de fogo é eficaz na redução de suicídios e acidentes por armas de fogo, mas não reduz os números de homicídios.

Em sua conclusão, o autor nos informa que a análise crítica da aplicação das normas relativas ao Estatuto do Desarmamento, que foram tratadas no referido artigo, ocorreu por meio da compreensão de dados sócio-históricos que abrangem o controle de armas de fogo no Brasil. Afirmo que no que se refere aos objetivos iniciais do presente artigo, podemos confirmar seu êxito, segundo a análise crítica realizada. Podemos inferir que a partir dos resultados obtidos por meio dos dados e análises, foi possível verificar a ineficiência do Estatuto do Desarmamento na sociedade Brasileira.

O autor nos informa, de modo brilhante, que ao longo do trabalho é notado que o Estatuto serviu para impor pesadas restrições ao direito do porte e da posse de armas de fogo, o contraria a vontade popular expressa no referendo popular de 2005 sobre o tema. Apesar de ter como argumento principal a redução da criminalidade e maiores garantias de segurança para a população, o extremo rigor do Estatuto para a aquisição e porte de armas de fogo impulsionou diretamente o tráfico ilegal de armas e munições.

Foi possível observar que mesmo em sua principal finalidade, o Estatuto do Desarmamento não é eficaz, pois não reduz de forma efetiva os índices de criminalidade com emprego de violência. Pelo contrário, enquanto a norma continua vigente, os índices de violência aumentaram. Dessa maneira, concluiu



que tirar a possibilidade de armar o cidadão o deixa mais suscetível aos crimes com emprego de violência, causando a sensação de completa insegurança social.

O autor encerra nos informando que após realizada a leitura e a observação dos vários artigos e estudos, foi observado que o Estatuto do Desarmamento traz diversas repercussões e divide a população em posições opostas em defesa do que cada lado acredita ser o melhor. Porém, concluímos que diante de sua ineficácia comprovada em abrandar os índices de assassinatos no país, deixando os cidadãos vulneráveis e incapazes de se defender, sua revogação é extremamente essencial. Com isso, é necessária a implementação de uma nova legislação concordante com as liberdades e os direitos fundamentais de um país democrático.

### Referências

FERREIRA, Ewerton dos Santos; Estatuto Do Desarmamento: Implicações Das Leis De Controle De Armas De Fogo Na Segurança Pública Brasileira. **REVISTA PROCESSUS MULTIDISCIPLINAR**. Ano II, Vol. II, n. 4, jul.-dez., 2021. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/367>>. Acesso em: 15 out. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.